



REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho)

Solicita que esta CPI requisiite à Petrobras cópia de todos os contratos celebrados no período de 2005 a 2015 entre a estatal e as empresas que específica, cujos objetos abrangem a execução de obras e serviços no continente africano.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI requisiite à Petrobras cópia de todos os contratos celebrados no período de 2005 a 2015 entre a estatal e as matrizes e subsidiárias das empresas Camargo Correa, Mendes Junior, OAS Engenharia, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão, Engevix, UTC Participações, Odebrecht, Technit, Andrade Gutierrez, Promon Engenharia, MPE Montagens e Projetos Especiais, Toyo Setal, Skansa, IESA, GDK, SBM Offshore, Sanko Sider, Arxo Industrial, cujos objetos abrangem a execução de obras e serviços no continente africano, a fim de subsidiar esta **“CPI criada com a finalidade de investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito”**



específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.”

JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os



por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)

As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”¹

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Além da construção da Refinaria de Abreu e Lima, do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, e do prejuízo causado pela aquisição da refinaria de Pasadena, há que se investigar possíveis casos de corrupção no âmbito de contratos celebrados entre a Petrobras e as empresas já mencionadas, visando a execução de obras e serviços no continente africano.

¹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



Não são recentes as notícias veiculadas pela imprensa a respeito dos negócios da Petrobras no continente africano, a exemplo da matéria publicada pela revista Época²:

“Em 19 de abril de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou em Acra, capital de Gana, para uma das 28 visitas diplomáticas que fez à África em seus oito anos no Planalto. Naquela manhã de sábado, Lula foi recebido no aeroporto pelo presidente ganense, John Agyekum Kufuor, que lhe entregou flores amarelas, brancas e rosa. Deu tchauzinhos, passou em revista as tropas, ouviu os hinos dos dois países e assistiu a um show de danças típicas. Depois da solenidade, seguiu para o Castle Route, palácio do governo local, para começar a tratar de negócios.

A diplomacia de negócios na África era central à política externa do governo Lula. Havia um componente ideológico de esquerda na aproximação com a África. Ele se revelava no desejo de Lula e do PT em ajudar esses países a superar problemas sociais crônicos. Mas o Brasil também ganhava muito – e ninguém começou a ganhar mais que as empreiteiras brasileiras. Elas passaram a ter negócios em 70% dos países africanos. Mesmo que isso significasse, para os brasileiros, ver Lula apertar a mão de ditadores como Obiang Nguema, da Guiné Equatorial, que se mantém violentamente no poder há 35 anos, ou do líbio Muammar Khadafi, apeado do poder durante a Primavera Árabe. Em 90% das conversas, os chefes de Estado africanos pediam a presença de uma empresa brasileira em seus países: a Petrobras.

Os pedidos faziam sentido. Países como Gana detêm muita matéria-prima, sobretudo na área de energia, como campos de petróleo e gás, mas pouca experiência ou recursos para transformar riquezas naturais em dinheiro para seus povos – ou líderes políticos corruptos. Percebendo isso, o governo Lula determinou que a Petrobras buscasse oportunidades de parceria nesses países. Determinou

² Disponível em <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/os-lobistas-e-os-negocios-da-bpetrobras-na-africab.html>, acessado em 26.02.2015.



também que o BNDES financiasse os projetos em que empreiteiras brasileiras tivessem participação.

Na numerosa comitiva que acompanhava Lula em Acrá havia dois convidados especiais. Um deles era o empresário José Carlos Bumlai, um dos melhores amigos de Lula e então conselheiro da empreiteira Constran. Ao lado de Bumlai estava Fábio Pavan, lobista da Constran em Brasília – e, naquele momento, encarregado de conseguir contratos em Gana na área de energia e biocombustíveis. Pavan ocupava, em Brasília, o cargo que, duas décadas antes, nos governos de José Sarney e de Fernando Collor de Mello, pertencera a Bumlai: prestar – e cobrar – favores a políticos que tenham relação com a Constran. Esse tipo de relação promíscua alimenta há décadas a corrupção no mundo da política, e não apenas no Brasil. Não é fortuito que, no curso da operação Lava Jato, a Polícia Federal (PF) tenha descoberto evidências de que a Constran também participara do esquema de corrupção na Petrobras liderado por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e Alberto Youssef, um dos principais doleiros do país. E que contribuía para campanhas políticas em 2010. A Constran nega as acusações.

Bumlai é desconhecido fora da política, mas dentro dela é uma estrela. Tinha livre acesso ao Palácio do Planalto e oferecia churrascos ao amigo Lula. Também filtrava nomeações políticas para os maiores cargos da República, como diretorias na Petrobras. “Estive com Bumlai duas vezes, pedindo ajuda para ser diretor. Era um cara muito forte no PT”, disse o lobista João Augusto Henriques, quase nomeado diretor internacional da Petrobras em 2008, por indicação do PMDB. Bumlai já foi acusado de usar a influência de Lula em favor de negócios particulares. E não só particulares. Antes que o tesoureiro petista Delúbio Soares tombasse no caso do mensalão, Bumlai mantinha frequentes contatos com ele, segundo extratos telefônicos da CPI que investigou o caso. Na Operação Vampiro, em que a Polícia Federal investigou fraudes em licitações no Ministério da Saúde, ainda no começo do governo Lula, o nome de Bumlai apareceu, em depoimentos e gramos telefônicos, como arrecadador de fundos para o PT, ao lado de Delúbio. No mais recente depoimento que prestou ao Ministério Público, o operador do mensalão, Marcos Valério de Souza, fez acusações semelhantes. Bumlai sempre negou



CAMARA DOS DEPUTADOS

peremptoriamente qualquer atividade ilegal. Mas nunca negou a amizade com Lula.”

Diante de todo exposto, requeremos cópia de todos os contratos celebrados no período entre 2005 e 2015 entre a Petrobras e as empresas mencionadas, cujos objetos referem-se a execução de obras e serviços no continente africano, razão pela qual conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de 2015.

DEPUTADO ONYX LORENZONI DEM/RS

DEPUTADO EFRAIM FILHO

DEM/PB